



Segunda algumas estimativas históricas, o espaço que um dia se transformou no Brasil apresentava, no início do século 16, uma população indígena de 5 milhões de habitantes. Porém o que se viu ao longo de 504 anos de existência foi um intenso processo de expropriação territorial e a dizimação dos habitantes originais de nosso país. Ao se julgarem donos das terras, os portugueses extinguiram várias aldeias, obrigando parcela considerável de indígenas a realizar trabalhos forçados. Sua escravização foi auxiliada em grande parte pela ação dos bandeirantes, caçadores de índios responsáveis pela morte de diversos deles. Agravando ainda mais a situação, muitas doenças trazidas por europeus e africanos, tais como sarampo, febre amarela, varíola e malária, potencializaram o desaparecimento de enormes contingentes indígenas.

É sob a luz dessa genérica perspectiva histórica que compreendemos na atualidade a existência de uma pequena parcela de descendentes dos diversos povos que habitaram o Brasil. Hoje, a população indígena corresponde a cerca de 400000 indivíduos, distribuídos em 215 etnias, com 170 línguas diferentes.



Desses, 60% encontram-se na chamada Amazônia Legal, em reservas indígenas delimitadas pelo governo federal. Somadas, suas áreas totalizam uma extensão correspondente a 11,12% do território nacional. É dessa superfície que os índios retiram recursos para a subsistência e mantêm tradições e conhecimentos. A Constituição Federal assegura aos povos indígenas a posse permanente das terras, cabendo-lhe

o uso exclusivo das riquezas presentes no trecho de suas reservas. É da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) a responsabilidade pela fiscalização e proteção das áreas, incluindo a proibição de qualquer invasão.

Apesar de todos os aparatos legais existentes, observa-se em diversas áreas demarcadas a presença irregular de projetos governamentais, como estradas, usinas hidrelétricas, ferrovias e linhas de transmissão. Além disso, as áreas indígenas são tomadas por posseiros, arrendatários, grileiros, madeireiras, mineradoras e garimpeiros. Ocupações, obviamente, que provocam danos irreversíveis ao ecossistema local. Um exemplo significativo foi visto nas terras dos ianomâmis, onde a extração mineral ilegal gerou em alguns rios da região o seu assoreamento — ou seja, a deposição de sedimentos nos leitos, tornando-os mais rasos e largos e impedindo assim a passagem dos peixes em busca de alimentos ou mesmo dificultando o seu deslocamento para a reprodução. Em outros trechos, houve a contaminação por mercúrio, acelerando a escassez da pesca. Outro aspecto negativo é a transmissão de doenças para a população local, aumentando tristemente os índices de mortalidade.



Porém nem sempre a entrada de garimpeiros e madeireiras é desconhecida pelos índios. Em certos casos, eles estimulam a exploração de suas terras, cobrando por isso valores equivalentes à quantidade de madeira e riquezas minerais tiradas do território. A ausência de uma fiscalização severa na região provocou, nos últimos 24 meses, a morte de aproximadamente 100 pessoas. Entre as vítimas, garimpeiros, contrabandistas e índios.

Não é de hoje que índios e garimpeiros estabelecem confrontos intensos na Amazônia. Há pelo menos três décadas, os cintas-largas são espoliados por

madeireiras, mineradoras e garimpeiros que utilizam força bruta para retirar recursos naturais. Um dos episódios mais marcantes dessa história ocorreu na década de 1960. Duas expedições foram organizadas em 1963 por Francisco de Brito, funcionário da empresa seringalista Arruda e Junqueira. Em uma delas, Brito alugou uma aeronave para sobrevoar a aldeia num dia de grande festividade para o povo cinto-larga. No momento do ataque, foi lançada uma



mistura de açúcar com arsênico que dispersou os participantes da cerimônia. Em seguida, diversas cápsulas de explosivos foram arremessadas nas habitações. O fato dispersou a comunidade para o interior da mata. Não satisfeitos, os invasores organizaram uma segunda expedição, que encontrou o restante da população às

margens do rio Aripuanã, na altura do paralelo 11° sul. No confronto, alguns nativos foram mortos, dentre os quais uma índia pendurada viva e cortada ao meio com um facão... Brutal, o crime ficou conhecido como "O massacre do paralelo 11" e somente foi divulgado porque um dos participantes denunciou o caso, logo após saber que não receberia o valor prometido por seus Contratantes. A chacina foi divulgada internacionalmente, mas os mandantes não foram sequer julgados.

Recentemente, em abril deste ano, deflagrou-se um novo conflito em território indígena, cujo resultado foi a morte de 29 garimpeiros. Dessa vez ocorreu na reserva Roosevelt, pertencente aos cintas-largas. O território apresenta uma

área equivalente a 2,6 milhões de hectares, situada entre os estados de Rondônia e Mato Grosso. Encontra-se ali uma das maiores reservas de diamantes do mundo, com uma capacidade de produção fantástica, da ordem de 1 milhão de quilates de pedras preciosas por ano. Segundo a FUNAI, o contrabando de diamantes faz com que o Brasil deixe de arrecadar, anualmente, entre 600 a 800 milhões de dólares. Vale ressaltar que a extração mineral em terra indígena é ilegal e deve ser feita apenas com a autorização expressa do Congresso Nacional. Todavia, muitos diamantes são retirados e enviados clandestinamente ao exterior para abastecer os mercados norte-americano e europeu.

O assassinato de garimpeiros em abril de 2004 é um episódio cruel que se soma a outros tantos, colocando em confronto protagonistas com interesses diversos no mesmo espaço. Acima de tudo, a recente tragédia levanta reflexões sobre muitas questões sem solução: as atividades

minerais irregulares, a invasão das terras indígenas, o tráfico internacional de diamantes, a dizimação do povo cinto-larga, a ausência de outras alternativas de trabalho para os garimpeiros, a relativa conivência dos órgãos públicos, o interesse das madeireiras e os intensos impactos socioambientais, geralmente irreversíveis.

Todas essas indagações não são novas. É necessária, urgentemente, uma ação efetiva do governo. Além, claro, de um esclarecimento dos fatos, para que não se repitam discursos maniqueístas, como os que frequentemente são veiculados nos meios de comunicação e que colocam quase sempre como culpada a população nativa.

